

REFLEXÕES SOBRE A “SUSTENTABILIDADE” DOS DISCURSOS

Itamar Elói Schlender¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre o “discurso” hegemônico da Modernidade que tem dado suporte a um modelo de desenvolvimento ambientalmente insustentável, bem como sobre os “discursos” (novas formações discursivas) que, pouco a pouco, emergem das cinzas da história e que representam a possibilidade do estabelecimento de outro saber pautado na complexidade e sustentabilidade ambiental. Principia com apontamentos sobre as principais características do pensamento / “discurso” da Modernidade, para, na sequência, apontar para um “saber ambiental” enquanto uma mudança epistemológica contemporânea. Saber que se opõe à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da Modernidade guiado pelos imperativos da racionalidade econômica e instrumental.

Palavras-chave: Modernidade. Formações Discursivas. Epistemologia Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article discusses the hegemonic "discourse" of modernity that has supported an environmentally unsustainable development model, as well as "discourses" (new discursive formations) that gradually emerge from the ashes of history and represent the possibility of establishing another knowledge based on complexity and environmental sustainability. It begins with notes on the main characteristics of Modernity thought / "discourse", in order to point to an "environmental knowledge" as a contemporary epistemological change. To know that it is opposed to the self-centered logic of science and to the process of rationalization of Modernity guided by the imperatives of economic and instrumental rationality.

Key-words: Modernity. Discursive Formations. Environmental Epistemology. Sustainability.

¹ *Mestrando em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de História da Linguística Histórico-Comparativa, cursada no Mestrado em História e Estudos Culturais, significou para nós um navegar em águas desconhecidas nas quais o encontro com as “pedras” / conceitos da Análise de Discurso fizeram tremer algumas de nossas convicções, especialmente a convicção quanto à liberdade/determinação do sujeito do discurso. Ao mesmo tempo, nos alertaram para a importância de se entender o discurso como um objeto sócio-histórico derivado de determinada estrutura ideopolítica e que sempre corresponde a certo lugar no interior de uma formação social dada (NARZETTI, p.54).

Ao propor como tema deste artigo “**Reflexões sobre a sustentabilidade dos Discursos**”, de forma alguma a faremos como alguém que se sente habilitado a continuar pilotando o barco pelas complexas águas da Análise de Discurso. Antes, virando o leme em outra direção, pretendemos continuar a singrar nas águas da História Ambiental (que conhecemos melhor); contudo trazendo a bordo um pouco do que aprendemos sobre a Análise de Discurso (GADET, 1993; PÊCHEUX, 2014,2015), a fim de aplicá-lo a reflexão proposta.

Portanto, seguindo o fluxo da História Ambiental, tal qual passageiros em um barco que singra os rios amazônicos, pretendemos observar as “paisagens” naturais e humanas da “margem” sobre as quais a Modernidade pensou/discursou/agiu ao longo dos séculos. Também nos interessam aqui os discursos (novas formações discursivas) que, pouco a pouco, emergem das cinzas da história e que representam a possibilidade do estabelecimento de um saber pautado na complexidade e sustentabilidade ambiental.

2. O INSUSTENTÁVEL DISCURSO DA MODERNIDADE

Antes de focar o “discurso” da Modernidade, alguns apontamentos gerais sobre o que entendemos por Modernidade.

Modernidade tem a ver com determinada forma de organização social, econômica e política surgida na Europa em fins do século XV e que gradativamente se fez presente nos mais diversos lugares do planeta. Tem a ver com a expansão

marítima europeia; com o surgimento do Humanismo e da Reforma Protestante; com o colapso do sistema feudal e o surgimento da burguesia; com o Iluminismo; com a gramatização das línguas por parte dos europeus para servir de instrumento de dominação dos povos de outros continentes (AUROUX, 2009).

Modernidade tem a ver com as Revoluções Inglesa e Francesa e a tomada definitiva do poder por parte da burguesia; com a Revolução Industrial em substituição da manufatura; com o advento do Socialismo como um contraponto ao Capitalismo. Tem a ver também com as duas Guerras mundiais seguidas da Guerra Fria que dividiu o mundo em dois grandes blocos mundiais capitaneados pelos EUA e URSS; tem a ver com a Revolução Sexual, Movimentos Hippie e Punk e a Guerra do Vietnã; com otimismo quanto ao progresso e desenvolvimento do século XIX e uma visão sombria sobre o futuro no pós Guerras Mundiais; com rejeição da tradição e do passado e busca constante pela transformação; com o fantástico desenvolvimento técnico-científico e com o surgimento da crise ambiental enquanto crise da civilização ocidental.

Para uma caracterização do “discurso” da Modernidade e dos seus nefastos efeitos, recorreremos, aqui, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff, bem como ao que aprendemos na disciplina de História da Linguística Histórico-Comparativa.

Segundo Boaventura de Souza Santos, nós que nos encontramos numa “posição sujeito” de habitantes do “Sul”, não podemos (ou não deveríamos) mais utilizar as teorias produzidas nos países do Norte, “pois as teorias sociais reproduzem as desigualdades entre o Norte e o Sul” (SANTOS, p. 21). “Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é um novo modo de produção de conhecimento” (SANTOS, p.20). Isso porque a racionalidade predominante no Norte é uma racionalidade indolente, preguiçosa, reducionista e homogeneizante. (SANTOS, p.25).

Esta razão indolente se manifesta de duas formas principais: Primeiro, a “razão metonímica” que toma a parte pelo todo, deixando de fora muitas experiências tornando-as invisíveis. Segundo, a “razão proléptica” definida pelo

autor como aquela forma de pensar em que se supõe conhecer o final, portanto, o futuro, razão porque não seria necessário cuidar do futuro da sociedade que está sempre numa trajetória de “progresso e desenvolvimento”.

A esta forma de pensar o autor contrapõe uma “Sociologia das Ausências” que denuncia “essa racionalidade preguiçosa, que (...) produz como ausente muita realidade que poderia estar presente” (SANTOS, p.28).

As ausências são produzidas por: uma monocultura do saber e do rigor (a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico); a monocultura do tempo linear (a ideia de que a história tem um só sentido, uma só direção); a monocultura da naturalização das diferenças (as diferenças são hierarquizadas para produzir desigualdade); a monocultura da escala dominante (a realidade particular e local não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global); a monocultura do produtivismo capitalista (a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, e tudo mais não conta). (SANTOS, p.28-32).

A Sociologia das Ausências propõe a substituição destas monoculturas da forma de pensamento da Modernidade ocidental por cinco “ecologias”: a ecologia dos saberes (o saber científico dialoga com o saber laico); a ecologia das temporalidades (cada forma de sociabilidade tem sua própria temporalidade); a ecologia do reconhecimento (aceitar as diferenças depois de descartadas as hierarquias); a ecologia da transescala (a articulação de projetos em escalas locais, nacionais, globais); a ecologia das produtividades (recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção) (SANTOS, p. 32-36).

À razão proléptica, o autor contrapõe uma “Sociologia das Emergências”. A intenção é dilatar o presente com muitas experiências que são relevantes, contraído ao mesmo tempo o futuro a fim de torná-lo concreto; um futuro de utopias realistas, um “ainda não” que vai emergindo. “A Sociologia das Emergências é a que nos permite abandonar essa ideia de um futuro sem limites e substituí-la pela de um futuro concreto...” (SANTOS, p.38).

Ainda segundo Santos, as sociologias das Ausências e Emergências vão produzir uma enorme quantidade de novas realidades; realidades ricas, fragmentadas, caóticas, que demandarão um procedimento de tradução, tradução de práticas e de sujeitos sem “canibalização” e homogeneização. A intenção é saber o que há de comum, criar uma inteligibilidade sem destruir a diversidade (SANTOS, p.39,40).

Trata-se, portanto, de uma nova epistemologia que Santos denomina de “epistemologia do Sul”. Epistemologia que parte do pressuposto de que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (p.40). Por isso, “... é preciso tentar uma maneira nova de relacionar conhecimentos; é por isso que lhes proponho o procedimento de tradução” (SANTOS, p.40), argumenta Boaventura Santos.

A partir do acima exposto, e tentando estabelecer conexões com os temas tratados na disciplina História da Linguística Histórico-Comparativa, pode-se afirmar que a revolução tecnológica da gramatização, conforme exposta por Sylvain Auroux em seu livro de mesmo nome, foi um dos instrumentos amplamente utilizados pelos países colonialistas (do “Norte”) para a subjugação dos povos ao redor do planeta. Auroux escreve:

“As gramáticas se tornaram peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas (...) a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo” (AUROUX, p. 32).

É interessante observar que, à gramatização dos vernáculos europeus, processa-se, quase de forma simultânea, uma gramatização das línguas dos povos que vão sendo colonizados na África, América e Ásia. Trata-se de “uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla” (AUROUX, p.76). Em outros termos, transferência que representa uma “canibalização” e homogeneização cultural e que resulta no “assujeitamento” dos povos nativos às condições de produção impostas pelos países colonialistas.

Neste sentido, o projeto de colonização portuguesa da amazônica brasileira é no mínimo interessante no que diz respeito ao uso da língua. Portugal não impõe seu idioma de imediato aos nativos. Antes, recorre a *Língua Geral* ou *Nheengatu* (*idioma original dos Tupinambás adaptado pelos missionários jesuítas*) como meio de comunicação interétnica, e isso durante dois séculos e meio. Foi somente em meados do século XVIII que Portugal proíbe a *Língua Geral* (que serviu de língua de transição), tornando obrigatório o uso da língua portuguesa. (FREIRE, p.16).

Isso de modo algum pode ser interpretado como valorização ou respeito às línguas dos indígenas, pois das 700 línguas faladas por eles no séc. XVI restam pouco mais de 100 atualmente. “A supremacia do português no Brasil foi o resultado de um processo longo e conflituoso (...) centenas de línguas *se acabaram na terra*, para que o português pudesse emergir” (FREIRE, p.16).

Sobre esta questão da extinção das línguas dos povos indígenas por parte dos colonizadores europeus, Eni Orlandi faz perguntas reveladoras:

“Que língua nós apagamos para termos uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi preciso nos distanciar historicamente e quais as línguas que tiveram de ser silenciadas para que obtivéssemos uma língua portuguesa?” (FREIRE, p.57, apud Orlandi 1993:56)

Ainda em relação ao Brasil, Eni Orlandi demonstra como vai se estabelecendo, pouco a pouco, um discurso que dá forma ao que hoje se entende por Brasil; a construção de uma identidade nacional brasileira. Ela escreve: “A noção de discurso fundador (...) é capaz, em si, de muitos sentidos. Um deles (...) é o que liga a formação do país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade” (ORLANDI, p.18). Este discurso fundador vai gerando o “apagamento” sistemático dos discursos das nações indígenas aqui existentes para fazer reinar soberana uma “nação brasileira”.

Por fim, porém não menos importante, ainda uma breve reflexão sobre os efeitos desastrosos da racionalidade, do “discurso” da Modernidade, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental.

Para Enrique Leff, a crise ambiental e antes de tudo uma “crise do conhecimento: da dissociação entre o ser e o ente à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da modernidade guiado pelos imperativos da racionalidade econômica e instrumental” (LEFF, 2002, p.13). A “racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental” (LEFF, 2015, p.15).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, surgem os primeiros alertas/discursos quanto aos limites desta racionalidade econômica gestada pela Modernidade. Fica cada vez mais evidente que o projeto civilizatório da Modernidade gera degradação ambiental e a morte entrópica do planeta terra.

Um dos caminhos para o enfrentamento da crise ambiental, pós Conferência de Estocolmo, foi o surgimento de estratégias de ecodesenvolvimento. Contudo, de imediato, programas neoliberais de diversos países do hemisfério Norte foram transformando o discurso ambiental crítico do ecodesenvolvimento para, em seu lugar, propor um “desenvolvimento sustentável”, sem, contudo, justificar a capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) (LEFF, 2015, p.19,20).

Sobre este discurso do neoliberalismo, Enrique Leff afirma:

“O discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica. A racionalidade econômica desconhece toda a lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo” (LEFF, 2015, p.23).

Urge, por isso, “desconstruir a ordem antiecológica herdada da racionalidade econômica (...) para caminhar para uma nova ordem social, orientada pelos princípios de sustentabilidade ecológica, democracia participativa e racionalidade ambiental” (LEFF, 2015, p.28). Torna-se necessária uma ética ambiental que proponha a revalorização da vida do ser humano.

Para Leff, a desconstrução da ordem antiecológica da racionalidade moderna torna imprescindível um novo saber, o *saber ambiental*. Um saber para

problematizar o conhecimento fragmentado e construir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientados para a rearticulação das relações sociedade-natureza (LEFF, 2015, p.145). Um saber para **fazer falar as verdades silenciadas**, os saberes subjugados, as vozes caladas e o real submetido ao poder da objetivação cientificista do mundo. (LEFF, 2015, p.150).

Este *saber ambiental* abre novas frentes para o desenvolvimento das disciplinas sociais: a relação entre cultura e natureza, a complementaridade entre geografia e ecologia, a influência do meio na consciência e no comportamento social, as bases ecológicas de uma economia sustentável e a análise da dinâmica de sistemas socioambientais complexos, sem, contudo, conformar um corpo unitário de conhecimentos (LEFF, 2015, p.151).

Em resumo, o *saber ambiental* tem a ver com a elaboração de estratégias acadêmicas; com políticas educativas; com a produção de conhecimento científico-tecnológico; com a formação de capacidades que se entrelaçam com as condições políticas, econômicas e culturais de cada região e de cada nação, para a construção de um saber e uma racionalidade ambientais que orientem os processos de reapropriação da natureza e as práticas do desenvolvimento sustentável. (LEFF, 2015, p.154).

Na sequência, abordamos a emergência de um novo “discurso” / racionalidade e que visa à sustentabilidade do planeta.

3. O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ENQUANTO ACONTECIMENTO

O glossário de termos utilizados pela Análise de Discurso, entregue em uma das aulas da disciplina de História da Linguística Histórico-Comparativa, define “acontecimento” como “ponto em que um enunciado **rompe com a estrutura vigente**, instaurando um **novo processo discursivo**. O acontecimento inaugura **uma nova forma de dizer**, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir” (GLOSSÁRIO) (grifos nossos).

Neste sentido, é essencial que uma “nova forma de dizer” se contraponha ao “discurso” ambientalmente insustentável da Modernidade. A estrutura vigente do Capitalismo neoliberal, pautada na lógica da Modernidade, precisa ser questionada. Urge dar vez e voz as culturas silenciadas ao longo dos séculos e que carregam em si todo um saber ambiental fundamental para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento, principalmente no contexto da América Latina que nos interessa mais de perto.

De pronto, é preciso ressaltar que o processo de modernização, conquista, colonização e integração das culturas pré-capitalistas na América Latina interrompeu o projeto civilizador das diversas culturas aqui existentes. Projeto que era fundado numa coevolução etno-ecológica. Em outros termos: formações discursivas ambientalmente sustentáveis foram caladas para que pudesse reinar soberana a voz da Modernidade!

Para as populações aqui existentes a natureza era fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual. (LEFF, 2009, p.98). O advento do capitalismo em suas diferentes fases rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. Implantou modelos econômicos, tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados gerando, assim, uma irracionalidade produtiva. (LEFF, 2009, p.33).

A desestruturação dos ecossistemas produtivos, via sobre-exploração dos recursos naturais, significou a perda do potencial econômico proveniente do aproveitamento da produtividade primária dos ecossistemas. O que se segue é a devastação dos recursos naturais, perda de biodiversidade, desmatamento, contaminação da água e solo, erosão, desertificação. Além disso, ocorreu e ocorre também uma degradação da qualidade de vida das populações, tanto no âmbito rural como no urbano. (LEFF, 2009, p.42,47).

Muitos defendem que os avanços tecnológicos engendrados pela ciência darão conta dos problemas ambientais; que se trata apenas de realizar ajustes sem alterar o modo de produção capitalista. Diante deste discurso otimista (que nos parece descabido) surge hoje uma visão alternativa que questiona profundamente

este modelo de desenvolvimento. Uma visão que entende que as práticas produtivas das culturas pré-capitalistas devem ser usadas como **recursos** para a construção de padrões tecnológicos mais adequados para o aproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas. (LEFF, 2009, p.99).

A justificativa para esta postura reside na percepção de que as práticas produtivas dos povos pré-capitalistas estão atreladas a processos simbólicos e de significação cultural, com suas cosmovisões, mitos, crenças religiosas, que determinam as formas técnicas, os ritmos e a intensidade da transformação da natureza e de seus recursos.

Dá a importância de se investigar para conhecer estas práticas produtivas tradicionais a fim de contrapô-las à especialização, a homogeneização e maximização do lucro tão próprios do modelo capitalista neoliberal, estabelecendo, assim, novos estilos culturais de uso dos recursos. (LEFF, 2009, p.113).

Falando especificamente dos povos indígenas, Leff escreve:

“... o legado cultural dos povos indígenas da América Latina aparece como um recurso indissociável de seu patrimônio de recursos naturais, pelo vínculo que historicamente têm estabelecido com o seu entorno, através de suas práticas produtivas. Neste sentido, a organização espacial e temporal de cada cultura define um sistema de relações sociais de produção que potenciam o aproveitamento integrado e sustentável dos recursos naturais” (LEFF, 2009, p.117).

Infelizmente, muito deste recurso representado pelo legado cultural indígena se perdeu devido à extinção de centenas de línguas faladas por eles. Essas línguas haviam codificado experiências milenares preservadas pela tradição oral, abrangendo tanto o campo das chamadas etnociências – medicina, farmácia, botânica, zoologia, astronomia, religião, etc. - como o das manifestações literárias, ou seja, das diferentes narrativas denominadas pelos cronistas de ‘mitos’, ‘fábulas’, ‘lendas’, ‘palavras ancestrais’, ‘poesia’, ‘cantos’, ‘baladas’, ‘provérbios (FREIRE, p.45).

Obviamente, não se advoga a volta pura e simples de um estilo de vida e de práticas materiais dos tempos pré-coloniais. Antes, o que se propõe é um diálogo intenso entre saberes formais/institucionalizados com os saberes das culturas

tradicionais visando à implantação de um modo sustentável de desenvolvimento. Por exemplo, as *milpas* (hortas familiares dos indígenas mexicanos), enquanto espaços de domesticação, seleção e manejo de diversas espécies, são verdadeiros laboratórios genético- bioculturais e que tem muito a contribuir neste sentido.

Por fim, trazendo agora a reflexão para o contexto do Estado de Rondônia, vemos que o capitalismo continua avançando gulosamente sobre suas terras, deixando atrás de si cinzas que misturam gente, animais, plantas, enfim, uma biodiversidade fabulosa e culturas ancestrais.

Exploração de madeira, pecuária, agricultura, hidroelétricas, mineração, tudo isso vem jungido ao discurso falacioso do “desenvolvimento e do progresso”. Há, evidentemente, mecanismos que tentam normatizar a fim de promover um “desenvolvimento sustentável”, mas que não fogem a lógica do capital e sua busca por lucro fácil via exploração desapiadada dos recursos naturais e dos seres humanos (também entendidos como “recursos”).

A este desenvolvimento irracional urge contrapor um modelo de desenvolvimento que seja realmente sustentável. Um modelo, uma “formação discursiva”, que destrone o critério econômico na hora da elaboração de projetos. Um modelo pautado na sustentabilidade e racionalidade ambiental, na diversidade ecológica e cultural.

Razão porque cabe, também, a universidade contribuir com todo seu arsenal teórico e metodológico para a construção de um novo modelo/discurso que, repetimos, não pode prescindir da pesquisa e acolhimento humilde dos saberes das culturas populares de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, etc.; que habitam “Aqui, (onde ainda) toda vida se engalana/ De beleza tropical/ Nossos lagos, nossos rios/ Nossas matas, tudo enfim” (HINO DE RONDÔNIA).

4. UM “DISCURSO” FINALISTA, NÃO FINAL

O “texto” acima, esta “superfície linguística fechada em si mesma”, este “objeto empírico, inacabado, complexo de significação; lugar do jogo de sentidos, do trabalho da linguagem, do funcionamento da discursividade”, revela nosso elementar

domínio dos conceitos da Análise de Discurso e, provavelmente, uma utilização pouco ortodoxa dos mesmos. (todas as citações do ponto 3 são do GLOSSÁRIO)

Revela, ao mesmo tempo, uma “posição-sujeito” que se materializa? num objeto imaginário, representando no processo discursivo o lugar ocupado por este sujeito (eu?) na estrutura de uma formação social determinada. Não “um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas”.

Sim, não há no texto acima um Eu “sujeito e centro de toda a enunciação”, “fonte do sentido” e “nem senhor da língua”. Antes, sujeito integrado ao funcionamento do “discurso”, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história.

A despeito de tudo isso, o “sujeito” que aqui se manifesta, este “sujeito” que passou por todo um processo de “assujeitamento”, carrega em si a esperança de que irrompa um “acontecimento”, uma nova forma de dizer o mundo, que se contraponha ao insustentável discurso da Modernidade. Um “acontecimento” que possibilite mundos de vida que levem em consideração o “outro (pequeno) e o Outro (grande)”, bem como o meio ambiente em toda sua diversidade biológica e cultural. Que se processe um “assujeitamento” de todos nós que contribua para uma “formação social” mais justa, plural, igualitária e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A Revolução tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

FREIRE, José R. Bessa. Da língua Geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas amazônicas. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutoramento em Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ.

GADET, Françoise, HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Uma análise automática do Discurso**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.

GLOSSÁRIO de termos do discurso. Disponível em: <http://www.ufsm.br/corpus/grupo_estudo/pecheux1.html>. Acesso em: 15/07/2016.

HINO DE RONDÔNIA. Disponível <<http://www.rondonia.ro.gov.br/pc/sobre/hinos/hino-de-rondonia/>>. Acesso em: 05/08/2016.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da regionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NARZETTI, Claudiana. **As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70**. RevLet. VI 2, n.02/2010.

ORLANDI, Eni P.(org). **Discurso Fundador**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Análise do Discurso**. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP, Pontes Editores, 2014 b.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.